O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL COM FOCO NA DIVERSIDADE.

Francielly Ferreira Gonçalves (PBIC-UEG)¹

Marlene Barbosa de Freitas Reis (UEG)²

Introdução: o projeto de pesquisa proponente, obteve por finalidade, analisar as políticas públicas de diversidade no Brasil, e seu processo de construção. E por seqüência exemplificar, relatar, e recontar de forma objetiva e detalhada, o que se fez ao longo da história e recentemente, nos permitindo ressaltar, o conceito de escola inclusiva, e assim mediante tais ressignações, buscar refletir sobre questionamentos que fomentam, na implantação de uma escola que supra as necessidades educativas de todos, de modo igualitariamente.

Diversidade, portanto, é aqui tratada como políticas públicas norteadoras da política nacional inclusiva em detrimento de políticas focalizadas, entendendo-a como forma de existir, "algo vivido, experimentado e percebido, gozado ou sofrido na cotidiana" de cada um de nós. (PIERUCCI, 1999, p.33)

Ressaltar a importância do presente projeto, se faz necessário a minha formação acadêmica, que contribuiu de forma possível e positiva para a ampliação de conhecimento, habilidades, e competência. E assim repensar o espaço escolar, como um espaço de oportunidades, de reconhecimento, respeito, e diálogo entre diferentes grupos sociais, culturais e étnico raciais, para o favorecimento de aprendizagem mútua, dando ênfase a sua implantação em âmbito nacional.

Obtivemos como meta, analisar a trajetória das políticas públicas de diversidade, com âmbito nacional e internacional, com a finalidade de identificarmos mudança no contexto histórico brasileiro, buscando por intermédio de autores que pontuam o respectivo tema, a fim de

¹ Acadêmica do Segundo ano do curso de Pedagogia da UEG, Campus Inhumas. Bolsista do Programa de Iniciação Científica da UEG, PBIC. Email: meninafranci@yahoo.com.br

² Orientadora. Pedagoga pela UFG. Doutora em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento pela UFRJ. Docente permanente no Programa de Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagens e Tecnologia - MIELT e no curso de Pedagogia da UEG – Câmpus Inhumas. Email: marlenebfreis@hotmail.com

notarmos e identificar continuidades e discontinuidades, no seu transcurso. E assim incluir a educação inclusiva na legislação brasileira.

Por isso, no momento atual, e dada a sua amplitude e complexidade conceitual, vale destacar que, neste estudo, o termo diversidade é tratado e considerado como variedade e convivência de ideias diferentes, de pessoas diferentes no mesmo espaço, onde o paradigma da heterogeneidade sobrepõe o da homogeneidade. Consiste, pois em uma visão ampliada de inclusão, em reconhecer, valorizar e considerar as diferenças culturais, sociais, étnico-raciais, religiosas, sexuais, além daquelas pessoas possuidoras de alguma condição biológica que venha dificultar a convivência nos padrões das condições chamadas ‘normais’, conforme pontua Reis (2006).

Nota-se ao longo da história, que no século XV, crianças deformadas eram jogadas nos esgotos da Roma antiga. Na idade Média, deficientes encontram abrigo, nas igrejas, como o Quasimodo do livro “O Corcunda de Notre Dame”. Os deficientes ganham uma função de bobo da corte. Martinho Lutero defendia que deficientes mentais eram seres diabólicos que mereciam castigos para serem purificados.

Por volta do século XVI ao XIX, pessoas com deficiências físicas e mentais, continuam isoladas do resto da sociedade, mas agora em asilos, conventos e albergues. Entende-se que todas as instituições dessa época, não passavam de prisões, sem tratamento especializado, nem programas educacionais.

Já no século XX, os portadores de deficiência passam a ser vistos como cidadãos com direitos e deveres de participação na sociedade. A primeira diretriz política dessa nova visão parece em 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Já nos anos 70, os Estados Unidos avançam nas pesquisas e teorias de inclusão para proporcionar condições melhores de vida aos mutilados na guerra do Vietnã. E a educação inclusiva tem início naquele país.

Em 1978, pela primeira vez na constituição brasileira, trata do direito da pessoa com deficiência: ” É assegurada aos deficientes a melhoria de sua condição social e econômica, especialmente mediante educação especial e gratuita.”

Nos anos 80, pais e parentes de pessoas deficientes organizam-se. A Educação Especial no Brasil aparece pela primeira vez na LDB 4.024/61. A lei aponta que a educação dos

excepcionais, deve no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação. Declarações e tratados mundiais passam a defender a inclusão em larga escala.

A assembleia geral das nações unidas lança o programa de ação mundial para as pessoas deficientes, que recomenda: “quando for pedagogicamente factível, o ensino de pessoas deficientes deve acontecer dentro do sistema escolar normal.”

Em 1988, a nova constituição promulgada, garante atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Em 1989, a lei federal 7.853, prevê a oferta obrigatória e gratuita da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e prevê crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa para os dirigentes de ensino público ou particular, que recusarem e suspenderem sem justa causa, a matrícula de um aluno.

Em 1990, coma conferencia mundial de educação para todos, realizada em março na cidade de Jomtien, na Tailândia, prevê que as necessidades educacionais básicas sejam oferecidas para todos (mulheres, camponeses, refugiados, negros, índios, presos e deficientes) ela universaliza o acesso, promoção da igualdade, e a ampliação dos meios e conteúdos da educação básica e melhoria do ambiente de estudo.

O Brasil aprova o estatuto da criança e do adolescente, que reitera os direitos garantidos na constituição, atendimento educacional especializado para portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Em Junho 1994, dirigentes de mais de oitenta países se reúnem na Espanha e assinam a Declaração de Salamanca, um dos mais importantes documentos de compromisso de garantia dos direitos educacionais. E determina que as escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, ou linguísticas.

Em 1996, a lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional nº 9.394, se ajusta a legislação federal e aponta que, a educação dos portadores de necessidades especiais deve dar-se preferencialmente na rede regular de ensino.

Assim mediante relatos nos altos, podemos reforçar e pontuar que o processo de inclusão educacional, exige ação e planejamento, além de mudanças sistêmicas, político-administrativas, com o trabalho centrado, no proposito de contribuir para esse posicionamento social, voltado a

igualdade de direitos, respeito as especificidades e na luta por atuação, de políticas públicas, que defendam a plena cidadania dos mesmos.

Entretanto, com os avanços nas leis relativas à inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular, a luta pela inclusão social e pelo respeito à diversidade vem se fortalecendo e se fazendo crescer na busca por uma escola que possa atender a todos os alunos, sem rótulos e sem classificações discriminatórias.

Diante de tais relatos, podemos reforçar que o processo de inclusão educacional, exigiu (e ainda exige) ação e planejamento, além de mudanças sistêmicas, político-administrativas, com o trabalho centrado, no propósito de contribuir para esse posicionamento social, voltado à igualdade de direitos. Sobre esta questão, Reis (2013) afirma que:

Por isso, no momento atual, e dada a sua amplitude e complexidade conceitual, vale destacar que, neste estudo, o termo diversidade é tratado e considerado como variedade e convivência de ideias diferentes, de pessoas diferentes no mesmo espaço, onde o paradigma da heterogeneidade sobrepõe o da homogeneidade. Consiste, pois em uma visão ampliada de inclusão, em reconhecer, valorizar e considerar as diferenças culturais, sociais, étnico-raciais, religiosas, sexuais, além daquelas pessoas possuidoras de alguma condição biológica que venha dificultar a convivência nos padrões das condições chamadas 'normais', (REIS, 2013, p. 20).

As considerações desta autora nos levam a refletir sobre a necessidade de mudanças nos paradigmas educacionais. Notamos que a noção de heterogeneidade deve sobrepor-se à homogeneidade (que coloca todos os alunos numa condição de igualdade de comportamentos e competências), tendo em vista que o respeito às diferenças e a convivência social deve prevalecer. Sendo assim, ressaltamos a importância da valorização, estudo, reflexão e formação acerca das leis de inclusão.

Nesse sentido, consideramos a necessidade da formação para o atendimento prioritariamente especializado, tendo em vista que, para atuar junto aos alunos com deficiências é necessário

uma formação adequada. O professor precisa não apenas entender das leis e conhecer as deficiências, mas atuar no sentido de trazer essas crianças para o convívio social.

Ainda sob este aspecto de formação para os profissionais que atuam na educação, pontuamos que nas universidades esse assunto também precisa ser refletido, estudado e conhecido por todos. Acreditamos que, para que não ocorram surpresas ocasionadas pelo despreparo dos profissionais, é preciso garantir uma formação que contemple as questões da diversidade.

É importante estabelecer, planejamentos e metas, a serem cumpridos acerca da educação especializada, e assim fomentar as discussões sobre política de construção de sistemas educacionais inclusivos. Dentro dessa perspectiva, de formação, planejamento, e desenvolvimento de aprendizagem, Stainback, (1999) afirma que:

O desenvolvimento pessoal pode ser desenvolvido a partir da aprendizagem autodirigida, capacitação dos colegas, workshops na formação em serviço e curso superior. Os professores devem participar ativamente do planejamento de sua própria capacitação, assegurando a relevância para as necessidades dos participantes, os objetivos claros e a oportunidade para praticar as habilidades e para envolver-se na aprendizagem ativa (STAINBACK, 1999, p. 340).

Enquanto educadores, devemos nos capacitar, para esta ampla demanda em favor da diversidade, buscando uma interface possível para oferecer possibilidades positivas para esta configuração no âmbito social. É necessária esta amplitude na educação, bem como a supervalorização do planejamento. E assim, buscar a utilização da práxis que transcenda os saberes. Além de contribuir e reforçar as questões sobre diversidade para todos, com todas as suas facetas, e abrirem caminho para uma redefinição das práticas de diversidade social, e de integração.

Faz-se necessário repensar essas concepções educacionais, buscando espaço para a diversidade. Torna-se fundamental a formação voltada valores e práticas educativas convertidas para a inclusão e diversidade. Acreditamos que desconhecimento, o despreparo, e as dificuldades que as escolas ainda enfrentam ao lidar com alunos com necessidades especiais, são resultantes de

uma formação ainda deficitária e também da ausência de uma formação continuada para os profissionais que atuam nas escolas.

Desta forma, torna-se altamente valioso a evolução de atitudes da sociedade, especialmente aquelas que são voltadas para a educação. No sentido de alertar a omissão da sociedade em relação à organização de serviços, que visem atender as necessidades individuais específica dessa população. Assim, mediante a construção histórica da inclusão e diversidade no mundo, Mazzotta (2005) nos reforça o pensamento de que a falta de conhecimento contribuiu para que as pessoas com deficiência (ou imperfeição) fossem discriminadas, marginalizadas, privadas de direitos, e ignoradas pela sociedade.

Objetivos: Analisamos as políticas de educação inclusiva nos marcos legais internacionais e nacionais, principalmente nas legislações brasileiras, a fim de identificar as continuidades e descontinuidades no seu transcurso.

Metodologia: A pesquisa de abordagem qualitativa, e se iniciou por meio de um levantamento bibliográfico. No estudo bibliográfico foi realizada uma revisão da literatura envolvendo a problemática das políticas públicas de inclusão no Brasil, destacando seu desenvolvimento na visão de autores que tratam do tema. Para isto, foram estudadas as obras indicadas para leituras pela professora orientadora deste plano de trabalho. Como podemos pontuar Mazzotta, Reis, Mantoan, Mellero.. Dentre outros que por conta própria busquei me informar, pois os mesmos também abordam o presente tema, como Stainback, Gloria, Silveira e Neves.

Em seguida, foi realizada uma pesquisa empírica, com dados coletados na legislação brasileira, principalmente nas leis de Diretrizes e Bases e na Constituição brasileira.

Resultados e Discussão: Entendemos que, participar de um programa de iniciação científica é uma oportunidade impar para o desenvolvimento de várias dimensões humanas que vão contribuir para a ampliação de habilidade e competências na área acadêmica e profissional. Assim, com a participação neste programa me possibilitou o aumento de conhecimento sobre o exercício do pensar reflexivo e da elaboração trabalhos acadêmicos, entre eles, TCC do curso de graduação, artigos, resumos, pôsteres entre outros. Esses produtos, que foram gerados com nossa participação no programa, podem ser socializados por meio de publicações anais de eventos e revistas científicas. Além disso, pretendo participar e apresentar os resultados da pesquisa ativamente na universidade, podendo ainda acrescentar conhecimento neste processo tão fundamental a minha formação. Considero-me lisonjeada ao participar desde programa que

apenas me ressaltou ao acesso de conhecimento e aprendizagem, disponível a quem se dispõe a suas exigências.

Por conseguinte, as universidades, e em especial as públicas, que se dedicam à formação de profissionais da educação, “precisam assumir de forma cada vez mais efetiva, o seu papel de formadoras de profissionais de ensino para atuar frente à diversidade do aluno nos diversos níveis de ensino”, conforme pontua Martins (2006, p. 21). Por isso, instiga-nos a proposta de pesquisar o Curso de Licenciatura em Pedagogia da UEG, a única universidade pública estadual do Estado de Goiás, a fim de caracterizar e analisar suas propostas e ações de formação docente sob a égide da diversidade. (tese Prof.^a Marlene Reis).

Considerações Finais: O desafio da inclusão escolar é enfrentado como uma possibilidade, desde que se repense estratégias educativas, e se respeite as políticas públicas, de maneira a garantir condições indispensáveis para que se possa manter na escola e aprender progressivamente, todos os dias. Com esse olhar sobre as escolas especiais ou regulares, é necessário agir no sentido de contribuir para a transformação educacional, e considerar o que já foi feito na história e na trajetória da educação inclusiva.

Como também podemos reforçar que o processo de inclusão educacional, exige ação e planejamento, além de mudanças sistêmicas, político-administrativas, com o trabalho centrado no propósito de contribuir para esse posicionamento social. Um posicionamento de respeito necessário para a construção de igualdade de direitos, respeito às especificidades e na luta por atuação, de políticas públicas que defendam a plena cidadania. Nesse sentido, temos ciência de que nosso desafio como profissionais da educação será o de trabalhar por uma escola inclusiva, com qualidade de ensino, realizando a inclusão com responsabilidade e respeito.

Ressaltamos ainda, a importância e relevância para a formação profissional ainda nas universidades. Nesse sentido, destacamos a necessidade de uma mudança de paradigma educacional voltado para a discussão, estudo e reflexão sobre a diversidade e respeito às diferenças.

(...) coloca a educação como dever do Estado, a quem cabe garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino (tese Prof.^a Marlene Reis)

Agradecimentos: Agradeço a Deus por me possibilitar ter acesso e permanência na universidade, e principalmente sendo a UEG, sendo renomada e pública, dando oportunidade aos mais variados acadêmicos, a participarem desde magnífico e contribuidor na formação, com o projeto de iniciação científica. Agradeço também a minha orientadora, DR^a Marlene Barbosa de Freitas Reis, por ter sempre me auxiliado nas dúvidas e sempre ter me orientado nas respectivas produções durante o processo de execução do projeto. Também agradeço pela disponibilidade de me ensinar com muita dedicação e autonomia. Com seu aprendizado, tenho certeza que concluirei minha graduação com excelência. Adorei participar ativamente neste projeto, que em meio a minha graduação, me causou um tumulto benéfico ao aprendizado saudável, a vida acadêmica. No mais só tenho a agradecer por ter a chance real de ser parte da história deste projeto em execução na UEG Campus Inhumas.

Referencias Bibliográficas:

ADIRON, F. Em defesa da inclusão: ampla, geral e irrestrita. Disponível em

<http://www.adiron.com.br/site/index.php?page=inclusao>>acesso em 27/03/2014

ARENDT, H. A condição humana: Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1981

BONDER, N. Sociedade Inclusiva- por uma única pessoa plural. Disponível em

<<http://www.cjb.org.br>>acesso em 27/03/2014

Declaração de Salamanca. Disponível em

<http://portal.mec.gov.br/seesp/aquivos/pdf/salamanca.pdf>.acesso em 27/03/2014

DECLARAÇÃO MUNDIAL SOBRE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Disponível em

http://www.unesco.org.br/publicacoes/copy_of_pdf/dcjomtien. Acesso em 27/03/2014

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Disponível em

<http://www.onu-brasil.org.br/documentos-direitoshumanos.php>. Acesso em 27/03/2014

DISCHON, C.G. Um olhar para a Inclusão. Disponível em <http://www.cjb.org.br> aceso em 27/03/2014.

GALEANO, E. CITAÇÕES. Disponível em http://pt.wiki/eduardo_galeano acesso em [27/03/2014](http://pt.wiki/eduardo_galeano)

INCLUSÃO NO CONTEXTO PESSOAL, PROFISSIONAL E SOCIAL.

Patrícia Paula Bellon , Miriam Marie Takeda , Roseni Teixeira Reis³, Thiago Eugênio Armani⁴, Diva Eugênia Sabadin Gaspar ⁵.

MORIN,E. Os sete Saberes Necessários à Educação do Futuro. São Paulo:Cortez, 1998

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Política pública, diversidade e formação docente: uma interface possível. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

REVISTA NOVA ESCOLA. Jan/fev 2001. p. 36-39.

Postado por Wellington Barcelos.

SASSAKI,K.R. Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos. Rio de Janeiro: WVA Editora,1997.

STAINBACK,S.. Inclusão: Um guia para Educadores. Porto Alegre: Artmed Editora,1999

Souza Santos, Boaventura (org). A Globalização e as ciências sociais. São Paulo:cortez,2002

Weil, P.;leloup, J.y.; Crema,R. Normose, a patologia da normalidade. Campinas: verus,2003

Werneck , C. sociedade Inclusiva: Quem Cabeno seu TODOS? Rio de Janeiro: WVA Editora, 2002